

TODAS AS RESPOSTAS DEVERÃO SER FUNDAMENTADAS, UTILIZADOS APENAS OS ESPAÇOS RESPECTIVOS.

-

DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

O Código Civil estabelece alguma espécie de retroatividade?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Satisfatoriamente recuperado de atropelamento, o homem contratou dois seguros: de saúde e de vida, este tão-somente por acidentes pessoais. É internado e morre tempos depois, por conta de lesão decorrente daquele acidente, que os médicos não detectaram a tempo e ele desconhecia. Há responsabilidade das seguradoras pelo reembolso das despesas hospitalares e pela indenização do seguro de vida?

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Paciente submetido a cirurgia de próstata, que, em decorrência, tornou-se impotente sexual, sem culpa do médico, tem direito a haver reparação moral do profissional liberal por não ter sido previamente informado da possibilidade dessa ocorrência?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

A propõe ação de cobrança de crédito contra B, argüindo este último preliminar de ilegitimidade passiva sob o fundamento de não ser devedor e, no mérito, a improcedência do pleito. O juiz profere sentença acolhendo a preliminar e julgando extinto o processo, na forma do disposto no art. 267, VI, do CPC. A sentença está correta?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Em ação declaratória de nulidade de obrigação fundada em cambial, tem o autor direito à antecipação de tutela para vedar ao credor a execução do valor estampado no título?

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Até que fase do processo pode a parte promover a juntada de documentos? Que princípio (s) confere (m) suporte à resposta?

DIREITO EMPRESARIAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Fica a sociedade limitada validamente vinculada ao negócio praticado por seu administrador, em seu nome, mas estranho a seu objeto? Por quê?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

O portador de título de crédito, pago posteriormente ao protesto, fica obrigado a cancelá-lo? Por quê?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Mário ajuizou, aos 01/11/2003, ação de restituição de indébito tributário, distribuída a uma das Varas de Fazenda Pública da Comarca da Capital, pleiteando, em face do Estado, a devolução de diferenças relativas à aplicação dos índices de aumento do IPVA dos exercícios de 1985 a 1987, sob o fundamento de que o STF, em Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, reconheceu, com trânsito em julgado (acórdão publicado no Diário Oficial da União em 01/11/2002), a ilegalidade da referida exação, por violação do art. 150, I, da Constituição Federal. A Fazenda Estadual, devidamente citada, alegou a prescrição. Examine a hipótese, com ênfase nos controles concentrado e difuso (*incidenter tantum*).

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Proposta ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária em face do Fisco, com depósito integral do tributo que a Administração entende devido, está ela inibida de promover o lançamento?

DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Walkiria, de 17 anos, filha do industrial Xerxes, e seu namorado Yedo, de 19 anos, resolvem obter indevida vantagem econômica em prejuízo de Xerxes. Para isto, contando com o auxílio de Vantuil, de 16 anos, primo de Yedo, simulam o seqüestro de Walkiria, a qual se esconde na casa de campo de Yedo. Isto ocorre na véspera de Walkiria completar 18 anos de idade. No dia seguinte, Vantuil telefona para

Xerxes, cobrando a importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a libertação da "vítima", ameaçando matá-la caso o "resgate" não fosse pago. Acertados o pagamento e o local respectivo para a entrega do dinheiro, a autoridade policial, avisada por Xerxes, vem a deter Yedo, sendo então descoberta toda a farsa, pois Yedo informou onde Walkiria se encontrava escondida.

1. 1. Capítule os fatos com relação a cada um dos envolvidos, e esclareça qual a pena mínima aplicável, se for o caso. Verifique a eventual ocorrência de alguma escusa absolutória, ou delação premiada.
2. 2. Esclareça o que é crime putativo.

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Destaque as divergências doutrinárias, se houver, e esclareça como tem a jurisprudência se posicionado quanto ao momento consumativo dos seguintes crimes:

- a. Furto;
- b. Roubo;
- c. Extorsão mediante seqüestro;
- d. Induzimento, instigação e auxílio ao suicídio.

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Esclareça, justificadamente:

1. 1. aplica-se o instituto da prescrição aos atos infracionais praticados por menores, previstos no E.C.A. (Lei 8.069/90)?
2. 2. é admissível, em tese, a substituição da pena reclusiva por restritivas de direitos, em se tratando de crime considerado hediondo ou assemelhado (Lei 8.072/90)?

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

O promotor de justiça requereu ao juiz que determinasse busca em todas as casas de uma determinada comunidade, onde, segundo os elementos de convicção colhidos pela autoridade policial, traficantes invadiram diversas residências não identificadas, em que passaram a se esconder, bem como a depositar nelas substâncias entorpecentes e armas, gerando constrangimento e pânico aos moradores, os quais, ameaçados de morte pelos invasores, não prestam qualquer ajuda às investigações em curso e a respeito dos fatos. O(a) candidato é o(a) magistrado(a). Defere ou indefere o pleito ministerial? (Fundamente)

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

O promotor de justiça, quando ofereceu a denúncia, não propôs ao réu a suspensão condicional do processo, ao entendimento de que não estavam demonstrados os requisitos necessários. Quase ao fim da instrução, o promotor de justiça, sustentando que restou evidenciado o preenchimento daqueles requisitos, propôs ao acusado aquele *sursis*, que foi aceito por ele e seu defensor. Àquelas alturas, isto era juridicamente possível? (Fundamente)

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Ao Juízo de uma vara criminal Elesbão ofereceu queixa contra Aldebaram, imputando-lhe a prática dos crimes de calúnia, difamação e injúria em concurso material. Ao invés de receber a queixa, o magistrado declarou a incompetência do juízo, entendendo tratar-se de infrações penais de menor potencial ofensivo e, por isso, determinou a redistribuição do feito a um dos juizados especiais criminais do local. Insatisfeito, o querelante recorreu. Em resposta fundamentada, esclareça: a) se o entendimento do magistrado está correto; b) qual o recurso interposto pelo querelante; c) se deve o querelado ser intimado para se manifestar sobre o recurso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO: (valor: 5,0 pontos):

Engravidada nas dependências da Polícia Federal, onde aguardava o julgamento do pedido de sua extradição, famosa artista estrangeira acabou por atribuí-la a funcionário público lotado naquela divisão. Quando do nascimento do filho da artista, o juiz a que foi submetido o inquérito policial instaurado para a investigação dos fatos correlacionados com a origem daquela gravidez, e ao escopo de instruí-lo, autorizou a coleta de sua placenta com vistas ao exame de DNA. Contra essa providência insurgiu-se a extraditanda, acenando com a inviolabilidade de seu direito à própria intimidade e à vida privada.

Merecem acolhida seus protestos?
Fundamente sua resposta.

2ª QUESTÃO: (valor: 5,0 pontos):

Embora a denominada interpretação constitucional se sirva dos métodos e instrumentos convencionalmente utilizados na tarefa interpretativa, as especificidades das normas constitucionais acabaram por conduzir ao " ... desenvolvimento de um conjunto de princípios de interpretação da

constituição, que funcionam como premissas conceituais, metodológicas ou finalísticas ...” da aplicação das normas que vão incidir sobre uma determinada relação jurídica de direito material.

Quais são e o que significam, *em breve relato*, esses princípios instrumentais?

-
-

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Sociedade comercial obtém do órgão competente licença de localização e funcionamento para a instalação de loja de produtos de cerâmica, em edificação situada na orla marítima e que lhe fora cedida pelo titular da posse. Este, a seu turno, obtivera o ponto por meio de permissão de uso outorgada pelo poder público municipal. Vencida a licença, mas vigente a permissão, a Prefeitura notifica a sociedade para desocupar o ponto em trinta dias, sob pena de demolição, porque se trata de logradouro público, incluído no plano diretor da cidade como via de acesso a túnel projetado, cuja obra terá início em futuro próximo. A sociedade impetra mandado de segurança preventivo para que lhe seja garantida a permanência no local, ao menos até o termo final da permissão. Há direito líquido e certo da impetrante a tutelar?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

José, enquanto aguardava atendimento na fila de um Banco, é reconhecido por Maria como aquele que, um mês antes, a havia roubado e estuprado. Maria chama a polícia, que prende José. Encerrado o inquérito, José é denunciado pelo Ministério Público. Nada obstante o acusado contar com defesa técnica, bem conduzida pela Defensoria Pública, sustentando a negativa de autoria com base em relato testemunhal no sentido de que participava de uma festa no dia do crime, a denúncia é julgada procedente e José vem a ser condenado em primeiro grau. O recurso de apelação é acolhido, reformando-se a sentença ao fundamento de que a prova produzida era insuficiente, embora Maria insistisse, também em Juízo, no reconhecimento do réu como o autor dos crimes. Passada em julgado a absolvição, José ajuíza ação de responsabilização civil em face do Estado do Rio de Janeiro, postulando a reparação de danos materiais e morais por entender-se vítima de erro judiciário. Esclareça, motivadamente, se este se configura à vista do direito positivo brasileiro, nas circunstâncias narradas, para o fim de julgar-se o pleito indenizatório.